

# MÍDIA E PROPAGANDA RACISTA: COMO OS *MASS MEDIA* CONSTROEM A IMAGEM DA REALIDADE SOCIAL - UMA LEITURA DO GENOCÍDIO RUANDA

*Andréia Terzariol Couto*

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto (1986), graduação em Jornalismo, mestrado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (1993) e doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (1999). Atualmente é professora titular da Universidade Paulista (UNIP)

## **Resumo**

Este artigo tem por objetivo analisar como os *mass media* constroem a imagem da realidade social a partir de uma interpretação sobre o genocídio Ruanda, verificando como a propaganda racista teve um papel fundamental no desencadeamento dos fatos que levaram ao genocídio. A orientação teórica desse artigo, dentro dos limites que ele possui, busca uma tentativa de análise a partir da questão da identidade cultural, discutida por Hall (2003), e como um grande número de elementos de uma nação, que a princípio deveriam compartilhar de uma identidade cultural comum a partir de um determinado momento, passam a propagar o extermínio de outros.

**Palavras-chave:** Mídia; África; Propaganda racista; Realidade Social; Identidade Cultural

## **Abstract**

The subject of this work is to present an analysis of the mass media and how it forms the social reality image. The start point is the genocide of Rwanda, Central Africa, in 1994, and how the racist propaganda in the country before and during the genocide had an influence for the development of the tragedy. The theoretical orientation of the work is based on the discussion of the cultural identity, discussed by Hall (2003).

**Keywords:** Media; Africa; racist propaganda; social reality; cultural identity

## **Resumen**

Este artículo tiene por objeto analizar cómo los *mass media* construyen la imagen de la realidad social desde una interpretación del genocidio de Ruanda, y ver cómo la propaganda racista desempeñado un papel clave en el desencadenamiento de los acontecimientos que condujeron al genocidio. La orientación teórica de este artículo, dentro de los límites que tiene, un intento de solicitar la revisión de la cuestión de la identidad cultural, como se comenta por Hall (2003), y como un gran número de elementos de una nación, que el principio debe compartir una identidad cultural común desde un cierto punto, comienzan a difundir el exterminio de los demás.

**Palabras clave:** Medios de comunicación; África; la propaganda racista; la realidad social; identidad cultural

## **Introdução**

No dia seis de abril de 1994 o avião do presidente Habyarimana é abatido quando se preparava para aterrissar no aeroporto de Kanombe, Kigali, voltando de uma reunião política em Dar-es-Salan, na Tanzânia. Nesse encontro, foi discutido o desdobramento do acordo de paz firmado em Arusha<sup>1</sup>, também na Tanzânia, pelos chefes de estado da região. Na queda do avião – até hoje não se sabe ao certo sobre a origem do míssil que o derrubou<sup>2</sup>, além do presidente de Ruanda, morreram o recentemente eleito presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira e alguns ministros.<sup>3</sup> O genocídio começa em Kigali, pouco mais de 30 minutos após a queda do avião presidencial, por volta das 21:00h. Nesse momento a guarda presidencial começa a parar os carros nos quarteirões de Kimihurura e Kicyiru. Ameaçam, vociferam, fazem sair todos os passageiros dos veículos com brutalidade, pedindo carteiras de identidade, retirando dos veículos aqueles cuja identificação mostra a origem étnica ou geográfica<sup>4</sup>. Os dias que seguem a queda do avião presidencial são extremamente conturbados: em meio aos assassinatos em série que tomam conta de Ruanda, os estrangeiros são evacuados do país em formidáveis operações, enquanto a população ruandesa é deixada à sua própria sorte.

Esse episódio, considerado o propulsor do desencadeamento da violência que tomou conta de Ruanda e culminou com o genocídio de cerca de um milhão de pessoas, teve antecedentes muito tempo antes. Tidos como elementos-chave e principais responsáveis na disseminação do preconceito contra os Tutsi e acirramento do ódio racial, os meios de comunicação tiveram um papel fundamental nessa questão.

O presente trabalho apresenta parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida nos últimos três anos sobre o genocídio ruandês e o papel da mídia na sua deflagração. O foco do artigo em questão aborda um dos desdobramentos da pesquisa, a análise da propaganda racista disseminada pela mídia ruandesa. Os pressupostos teóricos são baseados no trabalho de HALL (2003) sobre a questão da identidade cultural.

“Uma barata não pode fazer nascer uma borboleta”<sup>5</sup>

### ***A propaganda racista em meio a uma crise de identidade cultural***

É vasta a bibliografia produzida após 1994, ano em que ocorreu, durante três meses, o genocídio ruandês que resultou na morte de cerca de um milhão de pessoas, na sua maioria da etnia Tutsi. Desse vasto material, fruto de pesquisas de historiadores, antropólogos, jornalistas, entre outros, praticamente todos têm um objetivo comum: tentar compreender o que motivou, desencadeou o genocídio, qual a gênese do conflito, a raiz de um desentendimento que levou a uma batalha insana dentro das

fronteiras desse minúsculo país da África Central.

Primeiramente, deve ser deixado claro que o genocídio não ocorreu a partir de um único fato e de uma hora para outra. As identidades sociais existentes naquele território até o início do processo de colonização mantinham uma relação que muitos historiadores, como CHRETIEN (2001), chamam de relação feudal: de um lado os donos de terra, cultivadores; de outro os que cuidavam dessas terras, mantendo uma relação de vassalagem. Essa relação dependia de mecanismos sociais naturais para regular a estabilidade entre as duas etnias. A partir do processo de colonização, os belgas passam a interferir nesse processo, alterando sua “naturalidade”. Partindo do princípio de que uma etnia fazia parte de uma origem nobre, culturalmente superior, o colonizador passa a privilegiar uma em detrimento da outra, através da proteção administrativa, ocupação de postos importantes, passando também a segregar explicitamente uma delas: somente os Tutsis tinham acesso à educação secundária, à ocupação de determinados postos no governo,<sup>6</sup> tudo baseado em um discurso racista muito em voga no final do século XIX e início do XX. Esse tipo de explicação passava pela origem Tutsi, e não deixavam de disseminar uma idéia que buscava diferenciá-los também fenotipicamente: os longilíneos tutsis de nariz afilado, em contraposição aos baixos hutus de nariz largo e lábios grossos.<sup>7</sup> Numa posição que lhes convinha, os Tutsis, numericamente em posição minoritária, acolheram de bom grado essa explicação, que atravessou fronteiras e teve boa acolhida na Europa. Naturalmente que décadas de subserviência e relações de desigualdade passou a gerar ressentimentos por parte da etnia Hutu. Deflagrada a independência de Ruanda no final da década de 50 e com a retirada dos europeus, eclode o primeiro grande conflito e tem início a primeira grande diáspora Tutsi em direção a Uganda. Junto a esses refugiados encontra-se um pequenino personagem que foge com sua mãe, voltando décadas depois como o general da FPR, responsável pela tomada do poder do governo hutu, hoje o atual presidente de Ruanda, Paul Kagame<sup>8</sup>.

No caso estudado, o processo desencadeador da intolerância racial foi o elemento colonizador, cuja provável consequência foi a de sobrepular um “estranhamento natural” entre as duas etnias, através de mecanismos externos, contrapondo-as.

HALL (op. cit.), parte da seguinte questão: se “existe uma ‘crise de identidades’, em que ela consiste e em que direções se move?” (p. 7). O que seria essa “crise de identidade” e que rumos ela toma nas sociedades modernas? Apoiando-se no princípio de que o que assegura a identificação dos indivíduos entre si é a identidade cultural, podemos perceber que essa identidade, desde o processo da colonização, passa a ser alterada – se é que de fato ela existiu – e se não alterada, passou a ser fortemente diferenciada. Assim, podemos falar, ainda de acordo com Hall, com as mudanças nos conceitos de identidade e de sujeito – como as duas etnias passam a se ver, a se orientar entre si. Nesse ponto o autor trabalha com o argumento sobre

as “identidades culturais – os aspectos de nossas identidades que advêm de nosso pertencimento a culturas étnicas, lingüísticas, religiosas e, sobretudo, a culturas nacionais distintas” (HALL, op. cit., p. 8). O mundo moderno estaria se fragmentando, em que um tipo distinto de mudança estrutural estaria se formando e alterando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nacionalidade, que anteriormente eram padrões sólidos para os indivíduos sociais.

Assim, “estas transformações estão também modificando nossas identidades pessoais, enfraquecendo o próprio sentido de nós mesmos enquanto sujeitos integridos. (...) Este conjunto de duplos deslocamentos – descentrando indivíduos tanto de seu lugar no mundo cultural e social, quanto de si mesmos – constitui a ‘crise de identidade’ para o indivíduo” (HALL, op. cit., p. 9). Em Ruanda, assim como em Burundi, país vizinhos, as duas etnias, partilhando de origens lingüísticas e tradições comuns – os dois países são considerados “irmãos” por suas “identidades” comuns, mesmo havendo o diferencial étnico, ainda assim é difícil explicar o genocídio sem considerar a devastação causada pelos efeitos da colonização.

Esse pode ser um dos pontos de partida para explicar a naturalidade com que a população passou a aceitar a propaganda racista tão amplamente divulgada muitos meses antes de eclodir o genocídio.

Hall utiliza a noção de “sujeito sociológico” para refletir a complexidade crescente do mundo moderno, mediando o sujeito pelos valores, significados, símbolos – a cultura – dos mundos por ele habitado (identidade seria então a interação entre o *self* e a sociedade): “o sujeito ainda possui um centro ou uma essência interior que é o seu ‘eu real’, porém este é formado e modificado em diálogo contínuo com os mundos culturais ‘externos’ e com as identidades que eles fornecem” (p. 10).

Nessa concepção, é a identidade que faz uma ligação entre o interior e o exterior, entre o público e o privado. A análise da propaganda racista é analisada à luz da crise de identidade, para tentar entender o desencadeamento do ódio coletivo através da fragmentação do sujeito. Se cada um aceita preencher seu papel na sociedade, naturalmente, uma vez que aceita seu lugar como alinhado aos seus anseios subjetivos, o que ocorre quando essa estabilidade é rompida? É exatamente o rompimento dessa estabilidade que se diz estar ocorrendo no mundo pós-moderno.

O sujeito, antes posicionado diante de uma identidade unificada e estável, vê-se agora diante de uma situação de fragmentação, o próprio sujeito está fragmentado, composto de inúmeras identidades, fruto do mundo globalizado, e essas identidades são, muitas vezes, contraditórias e não resolvidas. “As identidades que compunham o mundo ‘lá fora’, e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessida-

~~NÃO É PROPAGANDA RACISTA COMO OS MASS MEDIA  
CONSTRÓEM A IMAGEM DA REALIDADE SOCIAL – UMA  
LEITURA DO GENOCÍDIO RUANDA~~  
O objetivo da análise, neste artigo, é o resultado de uma mudança estrutural e institucional. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais aberto, variável e problemático” (HALL, op. cit., p. 11), produzindo o sujeito pós-moderno, “conceituado como isento de identidade fixa, permanente ou essencial”.

Deparamo-nos com uma multiplicidade de identidades possíveis, com as quais podemos nos identificar, ao menos temporariamente. É, pois, a partir dessa idéia, que podemos pensar nas transformações sociais e políticas pelas quais passou Ruanda desde o final do século XIX até o final do XX, lembrando que as transformações foram firmemente patrocinadas por elementos externos, não somente ficando à mercê de elementos naturalmente globalizantes e seus impactos sobre a identidade cultural.

Sobre esse último, uma vasta bibliografia dá conta da análise das conseqüências da “globalização” sobre a identidade cultural. Não entraremos aqui, portanto, na análise de como o mundo ocidental vem patrocinando, ao longo de décadas, através de interesses escusos, essa “globalização” no continente africano, através da promoção dos “senhores de guerra”, comércios ilícitos de armas, drogas, minérios, etc.

Um conceito ligado a essa discussão refere-se à natureza da mudança. A mudança nos ajuda, no caso específico desse trabalho, a pensar nas transformações sociais e políticas pelas quais vem passando Ruanda desde o final do século XIX. A mudança na alta-modernidade, como assim define Hall a sociedade na qual estamos inseridos na contemporaneidade, carrega uma característica muito específica: mudanças rápidas e constantes, com resultados permanentes. Assim, o sujeito atual é fruto das sociedades modernas, cujas mudanças são causadas muitas vezes por elementos externos, alheios à sua vontade. No caso de muitos países africanos, a partir de meados do século XX, as ex-colônias passam por intensos processos de transformação quando do afastamento dos colonizadores, até então elementos “reguladores”, ainda que artificiais, dos conflitos de identidades internas.

Sua retirada promove um sentimento revanchista de décadas de opressão entre as etnias, cujas conseqüências são os conflitos, guerras civis, imensos processos de deslocamentos, migrações. Esse processo vem alcançar, em poucas décadas, o início do processo de globalização, que tende a reforçar o sentimento de perda ou de confusão de identidades. A história de vida de muitos personagens dos acontecimentos recentes de Ruanda nos mostra essa trajetória de deslocamento, de vaivém, de uma busca pela sua própria identidade cultural. Ainda hoje o país vive conflitos longe de estarem resolvidos, principalmente com a vizinha República Democrática do Congo, onde vivem milhares de refugiados ruandeses, na sua maioria da etnia Hutu, quando do fim do genocídio, em 1994.

Em 2005 teve início o processo de organização da volta dos refugiados, reivindicada principalmente pela RCD, país que enfrenta anos de guerra civil depois da

derrocada de trinta anos do governo ditatorial de Mobutu. Mas a volta dos refugiados Hutus não é algo simples: há a questão da alocação, da falta de terras para todos, do medo de represálias por parte do governo, agora de maioria Tutsi. São pessoas que vivem há mais de uma década em campos de refugiados precários, sem pátria e sem condições mínimas de sobrevivência, que enfrentam doenças, a violência e a animosidade de um país que não é o seu, que quer sua retirada.

Ao citar Guiddens, Hall procura reafirmar a distinção entre as sociedades “tradicionais” e “modernas” como uma explicação para fatores desreguladores do mundo pós-moderno: “Em sociedades tradicionais, o passado é reverenciado e os símbolos são valorizados porque eles contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de manejar tempo e espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, do presente e do futuro, esses sendo, por sua vez, estruturados por práticas sociais recorrentes” (GUIDDENS, 1990, pp. 37-38).

Se pensarmos sobre a história de Ruanda, veremos uma região que desde os primórdios de sua existência mantinha uma estrutura pautada numa identificação cultural agregada principalmente pela língua, o *Kyryniawanda*, e numa convivência baseada no respeito aos ritos e mecanismos expressos pela aceitação da orientação do rei. A tradição confirma os papéis, regula as funções que a modernidade modifica através da imposição de mudanças rápidas e contínuas, que acabam por alterar o caráter das práticas sociais (GUIDDENS, op. cit., pp. 37-8).

Com a modernidade, perde-se o elemento regulador das identidades culturais, e à medida que diferentes áreas do mundo passam a se interconectar e receber os mesmos “estímulos” ou “ondas de transformação social, as transformações sociais colidem, da mesma forma que a natureza das instituições também sofre seus abalos. As sociedades modernas, em comparação às sociedades tradicionais, são totalmente novas e organizadas sob princípios diferentes”.

O resultado disso é o que Guiddens chama de “desencaixe do sistema social”: “a ‘desconexão’ de relações sociais dos contextos locais de interação e a sua re-estruturação em âmbitos indefinidos de tempo-espaço” (p. 21). “As transformações que acompanham a modernidade arrancaram o indivíduo de suas amarras estáveis em tradições e estruturas” (p. 20). A principal idéia aqui é a de descontinuidade.

Mas falaremos também de outro conceito muito propício nessa discussão que é o de “deslocamento”, que vem de LACLAU (1990): “uma estrutura deslocada é aquela cujo núcleo é substituído por uma ‘pluralidade de centros de poder’”. Para esse autor, as sociedades modernas são destituídas de centro, de princípio organizador ou articulador. “A sociedade vai sendo constantemente ‘descentrada’ ou ‘deslo-

cada' por forças que lhes são exteriores". E quais são essas forças? Uma sociedade, ao passar por deslocamentos, passa por várias situações ou "ondas de transformações" que vêm muitas vezes de fora, articuladas exteriormente às condições precedentes das suas articulações tradicionais.

Desde a década de 1950, a população de Ruanda (não só Ruanda, mas também o vizinho Burundi, por razões semelhantes) vive o "deslocamento". Em cinco décadas, muitos foram os movimentos migratórios das duas etnias para e de países vizinhos, numa afluência que acompanha as oscilações políticas do momento. É então que LACLAU (op. cit., p. 40), lança a idéia de que as sociedades da alta-modernidade são caracterizadas pela "diferença", divisões, antagonismos sociais, "produzindo para os indivíduos uma variedade de 'posições de sujeito'" – isto é, identidades. Se tais sociedades se mantêm, de alguma forma, coesas, não é porque elas sejam unificadas, mas porque os seus diversos elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser articuladas num conjunto.

Mas esta articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta. Tanto as posições de Guiddens quanto as de Laclau partem de um mesmo pressuposto: a ênfase na descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento.

A partir dessas colocações, podemos indagar o que de fato envolve a questão das identidades. No caso em questão, ao analisarmos o comportamento racista de uma etnia em relação à outra, o que está em jogo, com que tipo de identidade os Hutus se identificavam, que os distanciavam tanto dos Tutsis? Em que se amparavam, com o que se identificavam? Sob quais parâmetros? Afinal, partindo-se do pressuposto de que a língua materna, a nação, o passado comum são fortes fatores identitários, em que momento essa identidade começou a rachar? Qual o mecanismo que de fato desencadeou essa ruptura de identidade? O que os separou realmente, a questão étnica? Questões políticas? Históricas? E por que a propaganda racista foi tão fortemente incorporada pela população?

Embora os argumentos levantados por Hall pareçam abstratos, eles realmente podem lançar uma luz no debate sobre as definições de identidade e mudança, com conseqüências políticas da "fragmentação ou 'pluralização' das identidades", uma vez que as identidades, sendo contraditórias, ora se identificam, ora se distanciam.

Cada vez mais as paisagens políticas do mundo moderno são fraturadas, por identificações competitivas e deslocadoras – surgindo, especialmente, da erosão da 'identidade-mor' de classe e das identidades emergentes, pertencentes à nova classe política definida pelos novos movimentos sociais: feminismo, luta dos negros, liberação nacional, movimentos anti-nucleares e ecológicos (MERCER, 1990, pp. 17-18).

Uma vez que a identidade se modifica de acordo com o modo como o sujeito é tratado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada. Isto é algumas vezes descrito como a passagem de uma política de identidade (de classe) para uma política da diferença (p. 18). No caso do genocídio ruandês, ele foi patrocinado por uma classe política no poder, de maioria Hutu, com o apoio dos meios de comunicação, principalmente rádio e jornais. Não esquecendo, naturalmente, que, embora os europeus tenham ido embora com a independência, sua influência continuou, talvez de forma ainda mais nefasta: apoiando governos autoritários.

O governo Miterrand sustentou Habyarimana no poder e, malgrado os avisos, principalmente da parte do general Dallaire e da inteligência francesa do que poderia vir a acontecer, nos meses que antecederam o genocídio, nada fez, assim como nada fez para auxiliar as forças de paz da ONU em 1993-94<sup>o</sup>. E quando fez algo, além de já ser tarde demais, optou pelo pior e mais vergonhoso: em plena matança de civis inocentes, encostou alguns aviões franceses no aeroporto de Kanombe para que os compatriotas franceses pudessem escapar com seus bichinhos de estimação rumo à Europa, ante o olhar estarrecido do povo ruandês que esperava uma outra atitude da nação amiga “civilizada”.

A classe política obteve a adesão de grande parte da população Hutu, independentemente da identificação política, de classe, ou de gênero: era a identidade de uma etnia contra outra. Os ressentimentos do período colonial tomando a forma de uma fragmentação das identidades, esfacelando mesmo aquela a que toda identidade moderna é formada: pertencer a uma cultura nacional. Hall privilegia de certa forma a análise da identidade cultural a partir da identidade nacional: “como as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas ou substituídas pelo processo de globalização?” (p. 37).

No caso, a ênfase nas culturas nacionais se explica por ser esta o principal aspecto definidor do indivíduo no mundo moderno: “Ao nos definirmos, dizemos algumas vezes que somos ingleses ou gauleses, ou indianos, ou jamaicanos. (...) Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. No entanto, pensamos nelas como parte de nossas naturezas essenciais” (p. 37).

Para GELLNER (1983), sem um senso de identificação nacional o sujeito moderno experimentaria um sentimento profundo de perda subjetiva. Não nascemos com uma identidade nacional, mas ela é formada e transformada “dentro e em relação à representação. (...) Uma nação não é somente uma entidade política, mas um sistema de representação cultural” (p. 38). Na era pré-moderna, a identidade era dada a uma tribo, pessoas, religião e região, sendo essa noção transferida paulatina-



mente à idéia de nação nas sociedades modernas, à cultura nacional. “As diferenças étnicas e regionais foram gradualmente subsumidas sob o que GELLNER (1983) chama de ‘teto político’ do estado nacional” (p. 38).

### *Os meios de comunicação e o genocídio*

Um dos pontos de partida sobre a eclosão do genocídio encontra-se na análise do papel da RTL – La Radio Television Libre des Mille Collines – a Rádio Mil Colinas – que durante os três meses que durou o massacre teve o papel de incitar a população a pegar nas armas, perseguir, delatar, torturar e matar vizinhos, amigos, parentes da etnia Tutsi, chamados pelos Hutus radicais de “Inyenzi” – baratas, os traidores da pátria e do povo que queriam tomar o poder. Cabia aos “Interahamwe”, termo que designa “aqueles que combatem juntos”, os radicais Hutus, barrar os espões e dar cabo daqueles que pertenciam à etnia inimiga. A rádio Mil Colinas, no ar 24 horas por dia, divulgava discursos, músicas racistas, difundindo a tese “etnista” pró-Hutu dos extremistas partidários do presidente Habyarimana, tendo uma parte ativa encorajando a matança a golpes de facões, distribuídos à população no período que antecedeu o genocídio.

Durante anos, os meios de comunicação puseram em ação uma campanha contra a população Tutsi, que começa em 1990 e vai aos poucos tomando a forma aberta de ódio racial, até chegar a uma ostensiva batalha de propaganda contra os Tutsis, conclamando objetivamente a população a pegar nas armas para eliminar seus “inimigos”.

Mas não foi somente a RTL a responsável pela propaganda racista. A partir de março de 1991, o jornal *Kangura* também dá início a uma propaganda racista que insufla a violência e a intolerância contra os Tutsis, nos anos que se seguem. É dessa revista que saem os primeiros incitamentos, através de “convites à repressão, de denúncias de cúmplices dos “imbyitso” (rebeldes), listas de suspeitos comunicadas por certas autoridades, convites à delação”. O mesmo tom assume a rádio Kigali<sup>10</sup>.

Também o jornal *Kangura*, uma das vozes mais ferozes da propagação do ódio racial, começa a expandir sua mensagem contra a FPR e os Tutsis, em 1990. Foi rapidamente seguido por outros jornais e publicações que eram sustentados por funcionários e homens de negócios ligados ao regime. Segundo autores de um estudo aprofundado sobre a mídia e o genocídio, pelo menos 11 dos 42 jornais fundados em 1991 estavam ligados ao poder (CHRETIEN et al., *Rwanda, les medias....*). Os jornais eram publicados e vendidos na capital, mas os empregados nas cidades que voltavam frequentemente às suas casas no interior nos fins de semana levavam para as colinas os exemplares das publicações mais conhecidas. Cerca de 66% dos ruandeses são

alfabetizados, e tinham o hábito de fazer a leitura para os outros que não sabiam ler. O texto era freqüentemente acompanhado por caricaturas, as quais, na maior parte, eram tão explícitas que dificilmente não se poderia fazer compreender seu sentido (Human Rights Watch, 1999).

Os meios de comunicação eram concessões do governo, que, além de colocar em postos decisórios parentes e amigos, intervinha em toda a distribuição do material veiculado. Não é difícil imaginar, dessa forma, como a propaganda de ódio foi facilmente veiculada, uma vez que toda a mídia ruandesa da época estava nas mãos do governo. A rádio foi um meio ainda mais eficaz para transmitir diretamente e simultaneamente a mensagem de ódio a um público maior. Antes da guerra, Ruanda tinha uma só estação de rádio, a Rádio Ruanda, e ouvir à rádio era uma diversão muito popular, tanto para os cidadãos mais simples como para os da elite. Em 1991, cerca de 29 por cento dos povoados possuíam uma antena de rádio (Recenseamento da população e da habitação a 15 de agosto de 1991. Kigali, Serviço Nacional de Recenseamento, julho de 1993, p. 31). O número dos postos de rádio era provavelmente muito mais elevado no começo do genocídio. Em certas regiões, o governo distribuía gratuitamente, antes do genocídio, rádios às autoridades locais e não é improvável que fazia isso durante a matança (Human Rights Watch – FIDH, entrevista, Bruxelas, 15 de fevereiro 1997. CHRETIEN et al., *Rwanda et les medias...*).

Além de distribuir e atribuir postos na mídia, o próprio presidente se servia dela para propagar suas idéias, transmitir informações oficiais, desde reuniões das prefeituras do país até nomeações de postos oficiais, além dos próprios discursos do presidente. A rádio nacional dava por vezes falsas informações, em particular sobre a evolução da guerra, mas a maior parte das pessoas não tinha acesso às fontes de informação independentes para verificar essas declarações.

As falsas informações difundidas pelo rádio foram o principal meio para desestabilizar a situação e fazer com que a população tomasse partido na guerra. Em março de 1992, a Rádio Rwanda lançou uma propaganda segundo a qual os dirigentes Hutus de Bugesera seriam assassinados pelos Tutsis, e essa falsa informação incitou o desencadeamento de massacres de Tutsis pelos Hutus. Após a instauração do governo de coalizão em abril de 1992, o MDR, o PL, e o PSD reclamaram imediatamente uma mudança de orientação da Rádio Rwanda. Ferdinand Nahimana, um ativista do MRND foi reenviado de seu posto ao Escritório Ruandês de Informação (Office Rwandais d'Information – ORINFOR) onde ele havia supervisionado a Rádio Rwanda. Alguns meses mais tarde, Jean-Marie Vianey Higiroy, membro de um dos partidos de oposição de Habyarimana, foi nomeado diretor da Rádio Nacional tendo por missão fazê-la adotar uma atitude menos partidária. Em dezembro de 1993, a rádio tinha aceitado acolher a FPR entre os partidos que participavam das emissões; essa decisão, entretanto, não tinha entrado em vigor no momento em que começa o

genocídio (Human Rights Watch – FIDH).

Pouco depois do início da guerra, a FPR cria sua própria estação, a Radio Muhabura, mas a emissão não cobria todo o país. No início, numerosos ruandeses tinham medo de escutá-la, mas sua audiência aumenta progressivamente em 1992 e em 1993. Se bem que ela glorificasse a FPR, ela o fez mais num espírito nacionalista que étnico, de acordo com sua política geral que consistia em minimizar as diferenças entre Hutu e Tutsi (Jean-Marie Vianey Higiroy, “Distorsions et omissions dans l’ouvrage Rwanda, les medias du genocide” in: “Dialogue” n. 190, abril-maio de 1996, p. 166).

É nesse espírito que surge a Radio-Télévision Libre des Milles Collines (RTLTM), criada pelos radicais Hutus, devido à nova direção da Radio Rwanda, e da popularidade que aumentava da Radio Muhabura. Tendo sido iniciado o projeto em 1992, as transmissões da RTLTM têm início em agosto de 1993. Na direção da Rádio Mil Colinas estavam amigos, partidários, parentes, ministros, diretores de banco, enfim, todo o staff agregado a Habyarimana.

Bem que oficialmente privada e oposta à Radio Rwanda, a RTLTM estava na realidade ligada de muitas maneiras à radio Nacional assim como a outros organismos do Estado e ao RMND. A RTLTM estava autorizada a difundir seus programas sobre as mesmas freqüências que a rádio nacional entre as oito e onze horas da manhã, momento em que essa não emitia, o que incita os ouvintes a pensar que as duas estavam ligadas, ou eram duas rádios idênticas, além de a nova estação ter recrutado uma parte do pessoal da rádio Nacional, como o apresentador Noel Hitimana. O redator em chefe, Gaspard Gahigi e o apresentador Kantano Habimana tinham antes trabalhado para o Umurwanashyaka, órgão do MRND.

Gahigi, que tinha igualmente sido empregado da Rádio Ruanda, era membro do comitê central do MRND (HIGIRO, op. cit., p. 161). Além disso, essa estação ostensivamente privada utilizou material pertencente a diferentes ministérios e provavelmente material tomado à Radio Rwanda. Outros afirmavam que a rádio era ligada a um sistema elétrico de urgência do palácio presidencial situado justamente em frente dos estúdios (HIGIRO, op. cit., p. 164; CHRETIEN et al., “*Rwanda et les medias...*”, p. 170).

Segundo o Human Rights Watch – FIDH, a estação ganha rapidamente audiência graças ao seu estilo informal e à música envolvente que ela difundia. Higiroy, o diretor da Radio Rwanda, analisou seu sucesso inicial da seguinte maneira:

“Essas emissões pareciam uma conversa entre ruandeses que se conheciam e se encontravam ao redor de uma garrafa de cerveja de banana ou de uma garrafa de Primus

**MÍDIA E PROPAGANDA RACISTA: COMO OS MASS MEDIA  
CONSTROEM A IMAGEM DA REALIDADE SOCIAL - UMA  
LEITURA DO GENOCÍDIO RUANDA**

---

(cerveja de fabricação local) em um bar. Essa conversação era sem moderador e sem exigências, quanto à veracidade do que se discutia. As pessoas presentes contavam o que elas achavam sobre tudo: o rumor que circula nas colinas, a informação anunciada pela rádio nacional, as rivalidades entre os barões políticos locais...Ela se dá numa atmosfera de descontração. As pessoas saem do bar, outras entram, a conversação continua ou cessa assim que se faz tarde, e no dia seguinte a conversação retoma após o trabalho” (HIGIRO, op. cit., p. 171).

É nesse momento que a RTLM inaugura a rádio interativa em Ruanda, estimulando os ouvintes a telefonar e exprimir suas opiniões. Os ouvintes chamavam a rádio para pedir música, enviar mensagens a amigos e parentes e ainda para difundir informações, informações essas que eram transmitidas sem jamais serem checadas. Também o tom dos apresentadores era diferente entre as duas rádios. Enquanto que a Radio Rwanda apresentava um tom mais formal e contido, a RTLM era mais vivaz. A locutora Valerie Bemeriki, uma das principais incitadoras do ódio racial, sempre subia o tom das transmissões quando transmitia eventos violentos.

A RTLM sempre atribuía a outros aquilo que seus próprios adeptos haviam praticado: “sem ter jamais ouvido falar das “acusações em espelho”, eles tomam a atitude de escutar as acusações da RTLM contra seus rivais para saber o que o MRND e a CDR fariam” (Human Rights Watch – FIDH). Durante o genocídio, as comunicações e os deslocamentos eram difíceis e a rádio tinha se tornado, para a maioria das pessoas, a única fonte de informação e a única autoridade para interpretar seu sentido. Nessa situação de monólogo incontestado, a RTLM e a Radio Rwanda colaboraram para difundir uma mensagem única sobre a necessidade de eliminar o inimigo (Human Rights Watch – FIDH).

Os propagandistas misturam o máximo possível seu discurso de referências às autoridades políticas passadas e atuais. Os retratos e citações de Gregoire Kayibanda, pai da revolução e primeiro presidente da república, assim como o de Habyarimana, eram frequentemente utilizados. Além disso, os propagandistas sabiam do grande respeito que os ruandeses tinham pela instrução, afirmando de tempo em tempo que as informações vinham de “intelectuais” ou de “professores da universidade nacional”. Um grande número de universitários eram provenientes da região do presidente Habyarimana. Estavam entre os que tinham se beneficiado ao acesso ao ensino superior e ao estudo no exterior, e eram seus eleitores devotos.

Os outros professores da universidade ou de escolas financiadas pelo governo – que eram a maioria no país – assim como o pessoal dos institutos de pesquisa sabiam que seu avanço e talvez seu emprego pudesse depender do sustento que eles aportavam ao governo. Tanto os que residiam em Ruanda como os que estudavam no exterior transmitiam os fatos errados ou interpretavam mal os dados das cartas e das declarações públicas para sustentar a linha oficial.

Também a igreja e o discurso são utilizados pelos propagandistas para atingir sua finalidade, ao lado dos dirigentes políticos e os intelectuais para apoiar suas idéias e validar seu ensinamento, exprimiam freqüentemente suas idéias em uma linguagem religiosa ou fazendo referência a determinadas passagens da Bíblia. A revista *Umu-rava* declarou: “Foi Deus que deu o poder a Habyarimana para governar o país, é Ele que indicará o caminho a seguir” (CHRETIEN, op. cit, p. 46). Também se utilizavam de caricaturas para identificar mais facilmente os personagens envolvidos no imaginário popular. As caricaturas representavam Habyarimana como um santo ou padre e uma entre elas mostrava Deus maldizendo os dirigentes de oposição. Após o massacre dos Hutus no Burundi em 1991, *Kangura* representa o menino Jesus com Maria e José estampados na primeira página de seu número de janeiro. Maria pedia ao menino Jesus para salvar os Hutus do Burundi, ao que ele respondia que ele ia pedir para se amarrem uns aos outros. José declarava: “Não, diga principalmente aos Hutus do mundo inteiro para se unir” (ibid, p. 371-74, 256). Em um país onde 90% da população se dizem católica, essas referências à religião contribuíram para as lições de ódio e da crença mais aceitável.

Um dos principais pontos difundidos pela propaganda racista para incitar o ódio étnico foi a afirmação da intenção dos Tutsis de restaurar o “antigo regime”, e era por esse motivo que a FPR pretendia estabelecer a influência dos tutsis sobre os hutu (Alison des Forges. “The ideology of genocide” in: “Issue, A Journal of Opinion”, vol. XXIII, n.2, 1995). Temerosos de que isto estivesse de fato em vias de ocorrer, “os administradores civis de Butare, agindo no mesmo sentido, organizaram manifestações em novembro de 1990, para protestar contra toda tentativa de restaurar o antigo regime”. Protestavam contra a volta do feudalismo, do servilismo Hutu, e temiam ser forçados a trabalhar em terras dos Tutsis sem receber salários (HWW, p. 96).

O cantor Simon Bikindi insiste sobre esse perigo, em uma de suas canções mais conhecidas, “Bene Sebahinzi”, os descendentes de Sebahinzi, nome próprio que significa “o pai dos cultivadores”. No refrão retomado sem cessar pela RTL, Bikindi falava da revolução de 1959 e dos benefícios que ela havia trazido, “uma herança que deveria ser cuidadosamente preservada (...) e transmitida à posteridade”. E continuava: “a servidão, o chicote, o trabalho forçado que esmagaram o povo, desapareceram. Vocês, a grande maioria (*rubanda nyamwinshi*) prestem atenção e, filhos de Sebahinzi, salvem-se desse mal que deve ser descartado para o mais longe possível a fim de que não volte para Ruanda” (CHRETIEN, op. cit., pp. 347, 353, apud HWW, op. cit., p. 96).

Bikindi dizia nas suas canções que a revolução devia ser preservada “sobretudo para nós que fomos beneficiados”, que significava que, se os Tutsis ganhassem, eles

não retornariam somente sobre todas as mudanças políticas decorrentes da revolução, mas eles reclamariam também todos os bens que lhes havia anteriormente pertencido, deixando numerosos Hutus na miséria, perdendo as terras que lhes haviam sido atribuídas após a expulsão Tutsi. Naturalmente que esse argumento tinha um poder certo entre os cultivadores exploradores de terras, considerando que Ruanda é um dos países de maior densidade demográfica do mundo, e que não somente a disputa por terras, mas seu sistema de repartição por herança é um assunto de preocupação nacional há décadas.

Continuando a desfiar o imenso rol de perigos que aguardavam os Hutus sob a ameaça Tutsi, *Kangura* ainda insiste sobre outro ponto, de que não eram somente a liberdade e a prosperidade Hutu que estavam ameaçadas: os Tutsis preparavam o genocídio Hutu. Em dezembro de 1990, *Kangura* tinha começado a dizer que os Tutsis estavam preparados para uma guerra que “não deixaria ninguém vivo”. Outro panfleto dirigido em fevereiro de 1991 por Mugesera dizia que a FPR tinha a intenção de “instaurar a ditadura dos extremistas da minoria Tutsi” através de um “genocídio, do extermínio da maioria hutu” (*Association des femmes Parlamentaires pour la Defense des Droites de la Mere et de l’Enfant en collaboration avec Dr. Mugesera Leon, “Toute la verité sur la guerre d’Octobre 1990 au Rwanda”, Kigali, fev 1991, p. 5. Uma versão inglesa desse panfleto foi publicada em março de 1991 sob o título “The whole thruth on the October 1990 imposed upon Rwanda bu Aggressors from Uganda Armed Forces”, apud HWW, p. p. 97).*

Segundo o relatório do Human Wrights Watch (op. cit.), “à medida que os conflitos se agravam, as atitudes se tornam cada vez mais explícitas e históricas. Em meados de maio de 1993, os propagandistas afirmavam: ‘Nós sabemos que eles nos atacarão com a intenção de massacrar e de exterminar quatro milhões e meio de Hutus e sobretudo aqueles que freqüentaram a escola’ (...)” (CHRETIEN et al., “*Rwanda, les medias...*”, pp. 159-160, 180, 186, 290-291, 293-323). A partir desse argumento, os propagandistas lembravam freqüentemente os massacres no Burundi de dezenas de milhares de Hutu, em particular aqueles “intelectuais”, em 1972, pelo exército dominado pelos Tutsis. A partir de 6 de abril de 1994, os propagandistas e a mídia espalharam o rumor segundo o qual os Tutsis tinham cavado covas, destinadas a servir de fossas comuns aos Hutus” (p. 98).

Sobre a escavação das ‘covas’, “as tropas da FPR tinham efetivamente cavado trincheiras para proteger suas posições, o que pôde ter dado crédito a tais rumores. Os radicais iriam até afirmar que os Tutsis tinham preparado covas nos quintais de suas casas para enterrar os cadáveres dos Hutus (*Solidarité Internationale pour les Réfugiés Rwandais, le Non-Dit les Massacres au Rwanda*, vol. 2, jan 1995, p. 11 et vol. 3, juil 1995, pp. 124-37; CHRETIEN et al., “*Rwanda, les medias...*”, p. 266). Novamente fazemos referência aqui às “acusações em espelho”, em que os Hutus divulgavam no-

tícias atribuindo “ao inimigo” ações que eles mesmos estavam preparando. “É assim que em setembro de 1991, *La Medaille Nyiramacibiri* declara que os Tutsis queriam ‘limpar Ruanda jogando os Hutus no (rio) Nyabarongo’, uma frase que se tornaria célebre quando Mugesera falava de jogar os Tutsis no rio. Kangura atribuiu aos soldados da FPR capturados pelas forças governamentais, a explicação segundo a qual “eles tinham vindo para limpar o país da sujeira dos Hutus (...)” (CHRETIEN et al., op. cit, pp. 160, 176). O general DALLAIRE (2003) faz referência, em seu livro de uma das mais espantosas cenas presenciadas por ele durante o genocídio: rios cobertos de cadáveres, que terminavam por desembocar no lago Vitória. “Em abril de 1992, o jornal *Jyambere* acusa os partidos de oposição de distribuir armas aos seus membros jovens, revelando exatamente pelas “acusações em espelho”, o que as forças do Presidente Habyarimana estavam realizando (CHRETIEN et al., op. cit, p. 255).

A representação do Hutu como vítima inocente – vítima da agressão perpetrada pelos conquistadores Tutsis há muitos séculos, vítima da “infiltração” do Estado e da sociedade e vítima da invasão de 1990 – aparecia implicitamente em uma boa parte dessa propaganda. Após seis de abril de 1994, os propagandistas faziam do presidente a última encarnação dessa imagem do Hutu como vítima inocente. A queda do avião presidencial, descrito no início deste artigo, foi a deixa para que os genocidas pudessem dar início à matança. Tinham o motivo que necessitavam.

### *Considerações finais*

O genocídio ocorrido em Ruanda entre os meses de abril e julho de 1994 figura entre os mais cruéis da história moderna. Coincidindo com a guerra separatista na Europa Ocidental, e com os terríveis conflitos que ocorriam cotidianamente na África do Sul durante um dos períodos mais duros do *apartheid*, pouca visibilidade teve na imprensa mundial. Por motivos históricos, França e Bélgica noticiaram de forma mais sistemática os acontecimentos que se desenrolavam em Ruanda, mas o resto do mundo seguiu praticamente alheio ao que ocorria em um distante e minúsculo país encravado no meio das colinas na região dos Grandes Lagos da África Central. Sem recursos minerais significativos, sem visibilidade política, sem nada a oferecer em termos de recursos naturais ao Ocidente, Ruanda e o genocídio ocorrido em seu território passaram ao largo dos olhos do mundo. No entanto, ironicamente, foi justamente a imprensa uma das grandes responsáveis pelo desenlace sinistro desencadeado no dia 6 de abril de 1994.

Após o genocídio, todos fizeram o *mea culpa*: França, Bélgica, Estados Unidos, a ONU, através de Kofi Anan. Mais *c’était déjà trop tard*: saldo do fechar de olhos do Ocidente: um milhão de mortos. E infelizmente nem esse tenebroso número de vítimas pôde contribuir para que outros genocídios fossem evitados. A guerra continua, agora entre RDC e Ruanda: é a Guerra dos Grandes Lagos, iniciada em 1998, que

segue silenciosa fazendo suas vítimas, na sua maioria, dessa vez, nos campos de refugiados do lado congolês. Denúncias já foram feitas pelos organismos humanitários, pela imprensa internacional. Como o ocidente enxerga isso? Como essas guerras são transmitidas pela imprensa mundo afora? Como decorrentes de crises internas, “tribais”, “étnicas”? Essa é uma oportunidade para pensarmos como os *mass media* constroem a imagem da realidade social.

### *Referências bibliográficas*

Association Des Femmes Parlamentaires Pour La Defense Des Droites De La Mere Et De L’Enfant En Collaboration Avec Dr. Mugesera Leon. **Toute la verité sur la guerre d’Octobre 1990 au Rwanda**, Kigali, fev. 1991.

CHRETIEN, J-P. **Presse libre et propagande raciste au Rwanda**. Kangura et des 10 commandements du Hutu .

\_\_\_\_. **L’Afrique des Grands Lacs**. Paris, Flammarion, 2001.

CHRETIEN, J-P. *et al.* **Rwanda, les medias du génocide**. Paris, Éditions Karthala, 1995.

DALLAIRE, R. **J’ai serré la main du diable**. Quebec: Libre Expression, 2003.

Droites des Hommes. **Aucun témoin ne doit survivre – Le genocide de Rwanda**. Paris: Karthala, 1999.

FORGES, Alison des. **The ideology of genocide in: Issue, A Journal of Opinion**, vol. XXIII, n.2, 1995.

GELLNER, E. **Nations and Nationalism**. Oxford: Blackwell, 1983.

GUIDDENS, A. **The consequences of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Human Rights Watch; Federation Internationale des Ligues des Droits de L’Homme. **Aucun Témoin ne doit survivre – Le genocide au Rwanda**. Paris: Karthala, 1999.

LACLAU, E. **New reflexions on the revolution of our time**. London: Verso, 1990.

MERCER, K. **Welcome to the jungle in: RUTHERFORD, J. (ed.). Identity**. London: Lawrence and Wishart, 1990.

NKUNZUMWAMI, E. **La tragédie rwandaise – Historique et perspective**. Paris: L’Harmattan, 1996.

REYTIJENS, F. **La guerre des Grands Lacs**. Paris: L’Harmattan, 1999.

Solidarité Internationale Pour Les Refugés Rwandais. **le Non-Dit les Massacres au Rwanda**, vol. 2, jan 1995, p. 11 et vol. 3, juil 1995.

VERDIER, R.; DECAUX, E.; CHRETIEN, J-P. **Rwanda, un genocide du XX siècle**. Paris: L’Harmattan, 1995.



### Notas

<sup>1</sup> Acordo de Paz de Arusha, “conhecido também sob a denominação de Acordos ou Negociações de Arusha, foi assinado a quatro de agosto de 1993, entre a FPR – Frente Patriótica Ruandesa - e o governo de Ruanda. Composto de cinco protocolos ou acordos, teoricamente colocava fim a guerra civil e abriga um processo de paz que deveria se desenrolar sobre o estabelecimento da democracia e dos direitos do homem. Os protocolos do Acordo de Paz de Arusha seguem a seguinte ordem: O Estado de Direito; A Divisão do poder; A integração das Forças Armadas; o retorno voluntário de todos os refugiados (Nkunzumwami, 1996, p. 155). Com sede também em Arusha está o TPIR – Tribunal Penal Internacional para Ruanda, poder judiciário das Nações Unidas para os criminosos da guerra” (Reytjens, 1999).

<sup>2</sup> Alguns autores apontam as evidências do ataque para a FPR. Para os extremistas, segundo depoimento do General Dallaire (2003, p. 440), “Habyarimana protegia os Tutsi e estava a favor da FPR, e os extremistas não o queriam mais no poder. Para eles, embora houvesse esse descontentamento entre os membros de seu próprio partido, havia sido a FPR a abater o avião presidencial – não admitiriam ter provocado a queda do avião”.

<sup>3</sup> A origem desse atentado não é clara e até hoje ainda pairam dúvidas sobre seus autores. De acordo com Chretien (L’Afrique des Grands Lacs), “tanto a lógica do atentado (os dois mísseis que atingira o avião foram disparados de uma colina sob controle da guarda presidencial) quanto as informações recolhidas pelos serviços de informação belgas e pelos responsáveis da ONU no local desde o início de 1994 apontam o dedo para a facção Hutu extremista que se ampara no poder nos dias que se seguem” (p. 289).

<sup>4</sup> Cf. Verdier, Decaux e Chretien.

<sup>5</sup> Título de um artigo publicado pela revista *Kangura* em março de 1993. A partir de 1990, os opositores da FPR dão o nome de Inyenzi – baratas – às tropas desse movimento. A FPR utilizou o termo Inkotanyi, que fazia referência a um exército do século XIX. Nesse artigo, estava escrito: “Começamos dizendo que uma barata não pode dar a vida a uma barata. E é verdade. Uma barata dá a vida a outra barata.(...). A história de Ruanda nos mostra claramente que um tutsi parece sempre exatamente idêntico a ele mesmo, que não mudou nunca. A malícia, a maldade são aquelas que nós conhecemos na história de nosso país. Não nos enganamos em dizer que uma barata não dá vida que a uma outra barata. Quem pode fazer a diferença entre os inyenzi que foram atacados em outubro de 1990 e aqueles dos anos 1960? Eles estão

todos ligados (...), sua maldade é a mesma. Os crimes inimagináveis que os inyenzi de hoje cometem (...) lembram aqueles cometidos por seus ancestrais: matar, pilhar, violar as moças, e as mulheres, etc. (...)” (Chreti n et al., “Rwanda et les medias...”, p. 156, apud Human Watch, p. 93). O termo “inyenzi foi largamente utilizado pelos propagandistas ao longo do tempo, além de utilizar o termo tutsi e FPR juntos: A ilustra o da primeira página do número de Kangura de dezembro de 1993, d  um exemplo dessa assimila o dos Tutsi pela FPR. Sob o título ir nico “Batutsi, raça de Deus!”, figura um facão e a pergunta: “Que armas podemos utilizar para vencer os Inyenzi de uma vez por todas? (Ibid., 156). Para completar o amálgama, a pergunta final era: “E se nos reportarmos   revolu o Hutu de 1959 para por fim às baratas Tutsi?” (Ibid., pp. 114, 119, 128, 257, apud Human Watch, p. 93).

<sup>6</sup> Os Tutsis eram também acusados pelos Hutus de terem usurpado uma parte desproporcional no ensino secundário e superior e de ter obtido sucesso em ocupar uma posi o dominante entre os profissionais liberais e no governo, de obter vantagem no domínio da educa o. Eles pretendiam também que a Igreja tivesse sido infiltrada pelos Tutsis. Os propagandistas ajuntavam que se os homens Tutsis não tinham acesso a certos domínios da vida nacional, eles fariam com que suas mulheres seduzissem os Hutu que controlavam esses setores. Segundo o jornal Kangura: “Os Inkotanyi não hesitar o em transformar suas irmãs, esposas e mães em ‘pistoleiras’ para conquistar Ruanda”. Os propagandistas afirmavam que as esposas e amantes Tutsi manipulavam os homens estrangeiros em favor da causa Tutsi. Eles estavam de acordo também em dizer que os homens e as mulheres Tutsi estavam infiltrados em organiza es internacionais oficiais, como as Na es Unidas, e as organiza es não governamentais, como os grupos de defesa dos direitos humanos (Chretien, op. cit., pp. 269-273. Em março de 1997, uma mensagem na Internet afirmava que uma ruandesa redigia os relatórios do Human Rights Watch-África, apud HWW, op. cit., p. 94). Como se não bastasse, Kangura, em uma afirmativa muito exagerada, afirmava que muitos Tutsi, cerca de 85%, haviam mudado sua procedência étnica (op. cit., p. 95). Nesse sentido, conforme o jornal *Ibykigihe*, em publica o de dezembro de 1993, afirma que Faustin Twagiramungu, responsável do MDR, era acusado de ser Tutsi, de ser um lobo em pele de cordeiro. Para confirmar suas acusa es, o jornal publicou extratos dos arquivos da administra o local remontando a 1948 (Ibid., p. 101, apud HWW, p. p. 95).

<sup>7</sup> Os propagandistas do genocídio se apoiaram nas li es que os ruandeses tinham aprendido na escola. Seria supérfluo relembrar a hipótese do início segundo a qual os Hutu e os Tutsi eram povos diferentes, representando os grupos “bantou” e “nil ticos” (“nil-hamitico”, hamitico”, ou etíope”). Chegava a afirmar que a diferença entre Hutu e Tutsi equivalia àquela fundamental entre homem e mulher (Chretien et al., “Rwanda, les medias...”, p. 96-97, apud Human Wright Watch, p. 89). Aqueles que se casavam com um indivíduo pertencente a um outro grupo colocava no mundo crianças “híbridas”. Os membros de um grupo que se faziam passar por membros

de um outro grupo eram considerados como “seres de duas cabeças” (ibid., p. 102, 108, apud H.W.W., p. 89). Os radicais rejeitavam a idéia segundo a qual os ruandeses formavam um só povo, afirmando que era uma jogada dos Tutsi para dividir e enfraquecer os Hutu destruindo seu sentimento de identidade étnica. A revista *Kangura* afirmava a intenção dos Hutu: “Vocês são um grupo étnico bantou importante (...). A nação é artificial, mas a etnia é natural” (Ibid, 101-109). Os propagandistas insistiam na idéia de que os Tutsi eram estrangeiros na região e que eles tinham roubado Ruanda a seus legítimos habitantes. Essas conquistas cruéis tinham esmagado os Hutu através de um “regime opressor e sanguinário... (personificado pela rainha mãe Kanjogera, que para levantar de seu trono apoiava-se sobre duas lanças fincadas nos ombros de dois meninos Hutu)” (Ibid., p. 110). Quando a massa – rubanda nyamwinshi – tinha tomado consciência de sua força e se uniu, teve sucesso em reverter os opressores “feudais” quando da grande revolução de 1959” (Ibidi, p. 118). Os propagandistas afirmavam ainda que os Tutsi não tinham nenhum direito de viver na África Central enquanto Etíopes e Nilóticos, e que eles haviam se infiltrado por meios indiretos em todos os domínios do Estado ruandês e da sociedade.

<sup>8</sup> Conferir Dallaire, 2003.

<sup>9</sup> Tardiamente enviou soldados franceses para formar a *Zone Turquoise*, um corredor neutro humanitário, mas a essa altura o genocídio já havia mostrado seus efeitos.

<sup>10</sup> Presse libre et propagande raciste au Rwanda. Kangura et des 10 commandements du Hutu – J-P Chretien.